

Sumário

Introdução	1
1. Surgimento, Consolidação e Crise das Medidas de Segurança.....	7
1.1 A ideologia da defesa social	10
1.2 Pressupostos da Escola Clássica.....	14
1.3 Pressupostos da Escola Positiva	21
1.4 Monismo, duplo binário e o sistema vicariante.....	32
1.5 Franz von Liszt e seu “positivismo crítico”	39
2. Distinções e Semelhanças entre Penas e Medidas de Segurança e a Teoria da Dupla Garantia	43
2.1 Distinções entre penas e medidas de segurança.....	43
2.1.1 Retribuição x prevenção.....	44
2.1.2 Repressão x terapêutica.....	45
2.1.3 Passado x futuro	48
2.1.4 Proporcionalidade com o fato x proporcionalidade com a personalidade.....	48
2.1.5 Culpabilidade x periculosidade	49
2.1.6 Justiça x utilidade.....	54
2.1.7 Duração determinada x duração indeterminada.....	54
2.1.8 Injusto penal x ato antissocial.....	55
2.1.9 Irretroatividade da lei x retroatividade da lei	57

2.1.10	Obrigatoriedade x oportunidade	58
2.1.11	Mal x bem.....	58
2.1.12	Outras diferenças	59
2.2	Semelhanças entre penas e medidas de segurança	59
2.3	Teoria da dupla garantia ao inimputável autor de injusto penal... 60	
3.	Paradigmas da Psiquiatria	65
4.	Internações Compulsórias: a Ilegítima Persistência de Medidas de Segurança Pré-Delituais e de Penas Perpétuas no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	77
4.1	Poder punitivo, legislação penal e direito penal	77
4.2	Internações voluntárias, involuntárias e compulsórias.....	83
4.3	O debate sobre restrição de direitos não prescinde dos juristas ...	90
4.4	Medidas privativas de liberdade devem ser analisadas pelo direito penal	94
4.4.1	Distinção entre crime e outros atos ilícitos.....	96
4.4.2	Distinção entre pena e outras sanções.....	101
4.5	Internações compulsórias pré-delituais e internações compulsórias pós-infracionais	120
5.	Propostas de Direito Penal quanto às Medidas de Segurança	133
5.1	Doutrina ortodoxa das medidas de segurança	135
5.2	Inconstitucionalidade das medidas de segurança	136
5.3	Inconstitucionalidade da distinção entre imputáveis e inimputáveis...	144
5.4	Dupla garantia	146
5.5	Juarez Tavares e a inconstitucionalidade das medidas de segurança....	147

6. Tratamento Jurídico do Portador de Transtorno Mental: Diálogo entre Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal.....	161
5.1 Da pretensa objetividade e neutralidade dos laudos periciais	163
6.2 Legitimidade ativa, sistema acusatório, <i>nemo tenetur se detegere e non reformatio in pejus</i>	178
6.3 Momento da instauração do incidente e necessidade de nomeação de curador	183
6.4 Do incidente de insanidade mental, seu procedimento e a problemática da internação provisória, da prisão preventiva e da execução provisória da medida de segurança.....	192
6.5 Doença mental superveniente ao crime	201
6.6 Da incidência dos institutos despenalizadores aos portadores de transtornos mentais.....	204
6.7 Inimputabilidade, semi-imputabilidade e escolha da medida de segurança adequada, prazo mínimo e máximo	206
6.7.1 Necessidade de análise das provas da forma como seria feito com o imputável	208
6.7.2 A decisão sobre a imputabilidade cabe ao magistrado.....	208
6.7.3 Tratamento jurídico do semi-imputável.....	214
6.7.4 Tratamento jurídico do inimputável: prazo mínimo, prazo máximo e escolha da medida de segurança adequada	215
6.8 Os portadores de transtornos de personalidade antissocial (psicopatas) são imputáveis?	225
6.9 Da prescrição da medida de segurança	234
6.10 Inimputável e o tribunal do júri.....	237
6.11 Inimputável com vários processos criminais.....	239

6.12 Dos direitos do indivíduo em cumprimento de medida de segurança de internação	246
6.13 Dos direitos do indivíduo em cumprimento de tratamento ambulatorial: a questão da regressão (art. 97, §4º do CP)	251
6.14 Da incidência dos direitos de execução penal: progressão de regime, livramento condicional, remição da medida de segurança, saída temporária.....	255
6.15 Do exame de cessação de periculosidade	257
6.16 Liberação condicional: em que consiste a prática de fato indicativo da persistência da periculosidade?	264
6.17 O que fazer com a pessoa com transtorno mental que esteja com grave dependência institucional?	266
Conclusão	271
Referências Bibliográficas	279